

28/06/2016

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 949.293 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: MARIA ELAINE COELHO
ADV.(A/S)	: LUANA MARQUES DE ALBUQUERQUE
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário. Administrativo. Servidor público. Gratificação de Desempenho da Atividade do Seguro Social (GDASS). Natureza pro “labore faciendo”. Incorporação aos proventos. Não observância da última pontuação obtida na ativa. Direito à integralidade. Violação. Não ocorrência. Precedentes.

1. A jurisprudência da Corte é no sentido de que as gratificações de natureza **pro labore faciendo** são incorporadas, em decorrência da aposentadoria, conforme as normas de regência de cada uma delas (no caso, o art. 16, da Lei nº 10.855/04), não havendo ofensa ao direito à integralidade (art. 3º, da EC nº 47/05).

2. Agravo regimental não provido.

3. Honorários advocatícios majorados em 2% (dois por cento), nos termos do art. 85, § 11, do CPC, observada a justiça gratuita.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 28 de junho de 2016.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

RE 949293 AGR / RS

Relator

28/06/2016

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 949.293 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: MARIA ELAINE COELHO
ADV.(A/S)	: LUANA MARQUES DE ALBUQUERQUE
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Maria Elaine Coelho interpõe tempestivo agravo regimental (9/5/16) contra decisão em que neguei seguimento ao recurso, com a seguinte fundamentação:

“Vistos.

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

‘SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO COM PROVENTOS INTEGRAIS. ART. 3º DA EC 47/05. GDASS. OBSERVÂNCIA DA ÚLTIMA PONTUAÇÃO OBTIDA NA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

Apelação a que se nega provimento.’

No recurso extraordinário, sustenta-se violação dos artigos 40, § 3º, da Constituição Federal e do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/05.

Decido.

A irresignação não merece prosperar, haja vista que a pretensão recursal, no sentido de que os proventos de aposentadoria correspondam integralmente à totalidade da última remuneração percebida em atividade pelo servidor, não encontra respaldo na jurisprudência desta Corte, que já assentou que as vantagens de natureza **pro labore faciendo** são

RE 949293 AGR / RS

incorporadas em decorrência da aposentação de acordo com as normas de regência de cada uma delas. Sobre o tema:

‘Agravamento regimental em recurso extraordinário com agravamento. 2. Administrativo. Servidor público. Vantagens de natureza pro labore faciendo. Incorporação aos proventos. Observância da legislação específica. 3. Decisão em conformidade com a jurisprudência da Corte. Inadmissibilidade do recurso extraordinário. 4. Agravamento regimental a que se nega provimento’ (RE nº 893.873/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 28/9/15).

Nesse sentido, destaca-se a seguinte decisão da lavra do Ministro **Teori Zavascki**, que bem aborda a questão:

‘3. Ademais, a pretensão da recorrente encontra-se em desconformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. É pacífico na jurisprudência desta Corte, o entendimento de que a paridade entre ativos e inativos assegurada pelo art. 40, § 4º, da CF/88, em sua redação original, e, posteriormente, pelas regras de transição dos arts. 7º da EC 41/03 e 3º, parágrafo único, da EC 47/05, não garante aos servidores aposentados o recebimento de vantagens de caráter *pro labore faciendo*. Confira-se, nesse sentido, o que consignou o Min. Sepúlveda Pertence no julgamento do RE 476.279 (Plenário, DJe de 15/6/2007), de sua relatoria:

(...) sendo a gratificação, como é, de natureza *pro labore faciendo*, é óbvio que aos inativos somente será devida parcela fixa garantida a todos, porquanto o demais depende de avaliação dos servidores em atividade, que, além disso, não têm garantias do *quantum* lhes será permitido levar para a inatividade.

No mesmo sentido manifestou-se esta Corte ao apreciar caso análogo, referente à Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia

RE 949293 AGR / RS

GDACT, em processo submetido ao regime do art. 543-B do CPC:

‘RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
CONSTITUCIONAL. GRATIFICAÇÃO DE
DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GDACT. CARÁTER PRO LABORE
FACIENDO. EXTENSÃO AOS INATIVOS E
PENSIONISTAS EM SEU GRAU MÁXIMO.
INADMISSIBILIDADE. GARANTIA DE
PERCENTUAL AOS INATIVOS. POSSIBILIDADE.
RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.

I - A Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia GDACT, instituída pelo art. 19 da Medida Provisória 2.048-26, de 29 de junho de 2000, por ocasião de sua criação, tinha o caráter gratificação pessoal, pro labore faciendo, e, por esse motivo, não foi estendida, automaticamente, aos já aposentados e pensionistas.

II - O art. 60-A, acrescentado pela Lei 10.769/2003 à MP 2.229-43/2001, estendeu aos inativos a GDACT, no valor correspondente a trinta por cento do percentual máximo aplicado ao padrão da classe em que o servidor estivesse posicionado.

III Dessa forma, não houve redução indevida, pois, como visto, a GDACT é gratificação paga em razão do efetivo exercício do cargo e não havia percentual mínimo assegurado ao servidor em exercício.

IV Recurso extraordinário provido. (RE 572.884, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, DJe de 21/2/2013)

De outro lado, a 2ª Turma deste Tribunal, em processo de minha relatoria, proferiu, recentemente, acórdão no sentido de que, avaliados os servidores em atividade e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, a Gratificação de Desempenho

RE 949293 AGR / RS

de Atividade do Seguro Social (GDASS) perde sua natureza geral e adquire o caráter *pro labore faciendo*, de modo que o pagamento da vantagem aos inativos deverá observar o art. 16 da Lei 10.855/04. Confira-se:

‘PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 5º, XXXV, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DO SEGURO SOCIAL (GDASS). PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. TERMO FINAL. PROCESSAMENTO DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DE DESEMPENHO. REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTE.

1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), o Plenário do STF, no julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter *pro labore faciendo*.

2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDASS aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 16 da Lei 10.855/04, o que não

RE 949293 AGR / RS

ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.' (ARE 774.673-AgR-Segundo, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe de 24/11/2014)

No mesmo sentido, citem-se:

'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE SEGURO SOCIAL GDASS. ART. 40, § 8º, DA LEI MAIOR. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL PERCEBIDO NA ATIVIDADE APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO INOCORRENTE. CARÁTER INFRINGENTE.

Não se prestam os embargos de declaração, não obstante sua vocação democrática e a finalidade precípua de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, para o reexame das questões de fato e de direito já apreciadas no acórdão embargado.

Ausente omissão justificadora da oposição de embargos declaratórios, nos termos do art. 535 do CPC, a evidenciar o caráter meramente infringente da insurgência.

Embargos de declaração rejeitados.' (RE 745.520-AgR-ED, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 2/2/2015)

'Agravo regimental no recurso extraordinário. Servidor público. Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguro Social (GDASS). Manutenção da pontuação. Impossibilidade. Princípios do devido processo legal e da prestação jurisdicional. Discussão acerca da proporcionalidade da gratificação estendida aos inativos que se aposentaram de modo

RE 949293 AGR / RS

proporcional. Controvérsia que demanda a análise da legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes. Agravo regimental não provido.’ (RE 717.878-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 14/11/2014)

Assim, por estar em conformidade com esse entendimento, deve ser mantido incólume o acórdão recorrido (RE nº 870.400/SC).’

Ante o exposto, nos termos do artigo 21, § 1º, do regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao recurso.”

Aduz, in verbis, que

“[o] ponto fulcral da controvérsia (...) não está na data de sua aposentação, mas sim no direito constitucional à integralidade a que faz jus a Agravante, nos termos do art. 3º, da EC nº 47/2005:

(...)

O direito da Autora à integralidade de proventos está condicionado tão somente à observância dos critérios estabelecidos no dispositivo constitucional transcrito. Preenchidas as condições do art. 3º da EC nº 47/2005, está definido o parâmetro de cálculos para a aposentação do servidor: a integralidade”.

Intimado o agravado, nos termos do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil, manifestou-se pelo não provimento do agravo regimental, haja vista que a decisão monocrática está em consonância com a jurisprudência firmada nesta Suprema Corte sobre a matéria.

É o relatório.

28/06/2016

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 949.293 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

O inconformismo não merece prosperar.

Colhe-se do voto condutor do acórdão recorrido o seguinte:

“Afiguram-se-me irrefutáveis as considerações desenvolvidas na r. sentença recorrida, verbis:

‘Inicialmente, importante registrar que, por meio da presente ação, a parte autora não busca, com base na regra da paridade e no princípio da isonomia, o recebimento da GDASS na mesma pontuação concedida aos servidores ativos; busca, isto sim, com fundamento na regra da integralidade, o recebimento da GDASS no patamar pago em sua última remuneração antes da aposentadoria.

(...)

(...) em 22 de abril de 2009, foi editada a Instrução Normativa INSS/PRES nº 38/09, que passou a disciplinar os critérios e procedimentos para a avaliação de desempenho individual e institucional, para fins de aferição da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, devida aos integrantes da Carreira do Seguro Social, nos seguintes termos:

(...)

Assim, tendo sido regulamentado os critérios e procedimentos de avaliação e desempenho a partir de 22.04.2009, para fins de recebimento da GDASS, tem-se nessa data o termo final para recebimento pelos aposentados e pensionistas da referida gratificação nos mesmos patamares dos servidores ativos.

(...)

RE 949293 AGR / RS

Registro que a autora aposentou-se em abril de 2010, data posterior à regulamentação dos critérios e procedimentos de avaliação e desempenho dos servidores em atividade (22/04/2009), data a partir da qual a gratificação deixou de ter caráter genérico e passou a ter caráter pro labore faciendo.

Assim, não há como acolher o pedido com base no fundamento invocado na inicial. Sendo inviável a avaliação da produtividade ao servidor aposentado, é lícito que o legislador estabeleça uma pontuação fixa para o pagamento da gratificação aos inativos, o que, no caso da GDASS, foi feito no artigo 16 da Lei nº 10.855/04.'

(...)

Como bem salientou o Juízo a quo, a autora aposentou-se em abril de 2010, ou seja, em data posterior à regulamentação dos critérios e procedimentos de avaliação de desempenho dos servidores em atividade (22/04/2009), data a partir da qual a gratificação deixou de ter caráter genérico e passou a ter caráter pro labore faciendo. Assim, na inviabilidade de avaliação da produtividade de servidor aposentado, é lícito que o legislador estabeleça uma pontuação fixa para o pagamento da gratificação aos inativos, que, no caso da GDASS, foi feito no art. 16 da Lei nº 10.855/04.

A mencionada integralidade não tem o alcance pretendido pela autora, no sentido da estrita observância da última remuneração adimplida no cargo efetivo, traduzida na manutenção do quantum de cada parcela vencimental (excluídas as parcelas indenizatórias), tendo em vista que, o que se garante, é o direito de se aposentar sem que seja operada qualquer proporcionalização dos proventos, ou seja, o pagamento integral dos proventos conforme previstos na legislação aplicável. Não é possível estender tal garantia a parcelas da remuneração que não tenham valor fixo, como é o caso das gratificações de desempenho. Sendo assim, a integralidade não se aplica em relação à GDASS, em face do seu caráter pro labore faciendo."

RE 949293 AGR / RS

Destarte, o acórdão recorrido não se afastou da jurisprudência firmada nesta Suprema Corte no sentido de que as gratificações de natureza **pro labore faciendo** são incorporadas, em decorrência da aposentadoria, conforme as normas de regência de cada uma delas (no caso, o artigo 16, da Lei nº 10.855/04), não havendo ofensa ao art. 3º, da EC nº 47/05. No mesmo sentido, em situações análogas à dos autos, anatem-se:

“Segundo agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Gratificação de desempenho de atividade de perícia médica previdenciária – GDAPMP. Ofensa à garantia constitucional da integralidade (art. 3º da EC nº 47/2005). Inocorrência. 3. Natureza pro labore faciendo da gratificação. 4. Ausência de argumentos suficientes a infirmar a decisão recorrida. 5. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 895.879/RS-AgR-segundo, Segunda Turma, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 16/11/15).

“Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Administrativo. Servidor público. Vantagens de natureza pro labore faciendo. Incorporação aos proventos. Observância da legislação específica. 3. Decisão em conformidade com a jurisprudência da Corte. Inadmissibilidade do recurso extraordinário. 4. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 893.873/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 28/9/15).

Anotem-se, também, as seguintes decisões monocráticas sobre o tema: ARE 955.641/RJ, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJe de 30/5/16; RE 930.904/RS, Relator o Ministro **Teori Zavascki**, DJe de 9/5/16; RE 948.410/RS, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 4/5/16; ARE 959.257/RS, Relator o Ministro **Edson Fachin**, DJe de 2/5/16; RE 948.567/RS, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 30/3/16.

Registre-se que, nos termos da sentença, a ora agravante teria se aposentado “em abril de 2010, ou seja, em data posterior à

RE 949293 AGR / RS

regulamentação dos critérios de avaliação de desempenho dos servidores em atividade (22/04/2009), data a partir da qual a gratificação deixou de ter caráter genérico e passou a ter caráter pro labore faciendo”.

Nego provimento ao agravo regimental. Determino, nos termos do art. 85, § 11, do CPC, a majoração dos honorários advocatícios fixados na decisão monocrática em 2% (dois por cento).

É como voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 949.293

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : MARIA ELAINE COELHO

ADV.(A/S) : LUANA MARQUES DE ALBUQUERQUE (46620/DF)

AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR GERAL FEDERAL

Decisão: A Turma, por votação unânime, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Teori Zavascki. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 28.6.2016.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Teori Zavascki.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Ravena Siqueira
Secretária